

A SERVIÇO DA CATEGORIA

Jornal do SINTUFRJ

www.sintufrij.org.br

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DA UFRJ



ASSEMBLÉIA GERAL

Nesta terça-feira, dia 17, às 10h, no Quinhentão-CCS

Pauta: informes sobre a última mesa de negociação

Ato denuncia reformas e a violência no Rio

Fotos: Niko Júnior



Integrantes dos movimentos sindical, popular e social e centrais sindicais realizaram na sexta-feira, 13, ato que parou o centro da Cidade. A manifestação começou em frente à Prefeitura do Rio de Janeiro e terminou na Cinelândia, depois de passeata que fechou uma das pistas da Avenida Presidente Vargas, em direção à Candelária.

Participaram do ato, que teve como finalidade denunciar os bilhões gastos com o Pan-Americano e a violência policial, parlamentares e dirigentes de partidos políticos de esquerda. Técnicos-administrativos da UFRJ em greve estiveram em grande número na manifestação nacional unificada, que denunciou também as reformas do governo que retiram direitos.

Página 8

CARREIRA

Esclareça suas dúvidas sobre nosso Plano de Carreira nas páginas 3, 4, 5 e 6.



NO AEROPORTO TOM JOBIM, técnicos-administrativos da UFRJ recepcionaram estrangeiros e divulgaram a greve da categoria



NO CCMN, bolas coloridas e diálogo para convencer os companheiros sobre a importância de seu apoio ao movimento



Fotos: Niko Júnior

Mobilização dentro e fora da UFRJ

Os estrangeiros que desembarcaram no Aeroporto Internacional Tom Jobim, na tarde de terça-feira, 10, foram recepcionados pelos técnicos-administrativos em greve da UFRJ. Na quarta-feira, 11, centenas de bolas coloridas, cartazes e faixas foram espalhados na entrada do CCMN, formando uma barreira à passagem dos que chegavam para trabalhar.

Página 7

DOIS PONTOS

Consuni no dia 19 vai discutir Reuni

Uma reunião extraordinária do Conselho Universitário, no dia 19, quinta-feira, vai discutir e deliberar sobre o relatório da comissão formada pelos membros dos colegiados superiores para avaliar o programa de reestruturação e expansão das universidades — o Reuni, decretado pelo MEC. Na sessão do dia 12, o relatório chegou a ser apresentado, mas não foi submetido por solicitação dos conselheiros, que desejavam mais tempo para discussão.

O reitor Aloísio Teixeira propôs que o relatório fosse objeto de deliberação, mas que sua apresentação não configuraria uma proposta. “Caso o relatório seja aprovado, será encaminhado para discussão. Caso não seja, não será encaminhado”, comentou. O relatório poderá servir também para a elaboração da proposta da UFRJ para a reestruturação.

O QUE DIZ O RELATÓRIO — O documento foi detalhado pela presidente da comissão, Ângela Rocha. Segundo explicou, o Reuni (Decreto nº 6.096/07) estabelece como meta a elevação da taxa de conclusão dos cursos de graduação para 90% e a relação de 18 alunos de graduação por docente. Estas metas devem ser atingidas em cinco anos.

Segundo o relatório, estas metas hoje na UFRJ são de 10 alunos de graduação para um docente e de 70% de conclusão do curso. A comissão propõe a taxa de 14 alunos para um docente e taxa de conclusão de 80%, pelas características da UFRJ, com a defesa de que não se pode tratar todas as IFES igualmente.

O decreto prevê recursos para construção e readequação de infraestrutura e equipamentos e compra de bens e serviços. E prevê 20% do orçamento global de cada universi-



ANGELA ROCHA expôs no Consuni, dia 12, o relatório da comissão que avaliou o Reuni

dade para recursos destinados às despesas de custeio e pessoal.

PROPOSTA DAS UNIDADES — A comissão colheu uma série de propostas das unidades de criação de cursos e expansão de vagas, apresentadas em audiências públicas entre os dias 18 e 22 de junho.

As propostas apontam para ampliação de vagas em cursos diurnos e noturnos, criação de novos cursos e interiorização, com a criação de novos cursos e turmas, sobretudo em Macaé e Xerém. Entre as iniciativas para redução da evasão estão assistência estudantil, restaurantes universitários, alojamento e acessibilidade aos portadores de deficiência.

Foram apresentadas ainda propostas de implantação de 16 cursos novos a partir de 2009. Nestes novos cursos e com o aumento de vagas nos cursos já existentes, o relatório propõe até 2012 a criação de novas vagas: 1.685 diurnas; 1.655 noturnas e 272 só no pólo de Macaé.

A comissão apontou necessidades de infraestrutura — em especial de salas de aula, de docentes e de técnicos-administrativos,

para ampliação de vagas para os cursos noturnos.

PESSOAL — As demandas provenientes das unidades apontam a necessidade de 712 docentes, 764 técnicos-administrativos, e recursos de R\$ 93,32 milhões para custeio e R\$ 105,7 milhões para obras. Dados estes que não sofreram críticas, apenas sistematização das solicitações recebidas.

A comissão propõe a implantação do programa em módulos: entre 2008 e 2012, das propostas provenientes das unidades; de 2010 a 2012, implantação de ciclos básicos comuns por grandes áreas; e de 2012 a 2015, implantação de cursos novos.

“Esperamos que o relatório sirva para subsidiar a discussão na UFRJ e, se for o caso, de base para a proposta a ser apresentada ao MEC”, explicou Ângela, esperando que a UFRJ possa ser, assim mais, aberta e inclusiva.

NOVOS NOMES — O Consuni homologou o nome dos pró-reitores da segunda gestão de Aloísio. Foram apresentados não só o nome das duas novas integrantes da equi-

pe, as professoras Belkis Waldman e Ângela Uller, respectivamente pró-reitoras de Graduação e de Pós-Graduação, mas também o dos que continuam no estafe: os pró-reitores de Pessoal, Luiz Afonso, de Planejamento, Carlos Levi, e de Extensão, Laura Tavares.

Belkis Waldman é titular da UFRJ desde 1992 e foi diretora da Escola de Química entre 2002 e 2005. Ângela Uller é professora associada do Programa de Engenharia Química da Coppe, e foi diretora da coordenação entre 2004 e 2007. O reitor registrou agradecimento e reconhecimento pela dedicação dos pró-reitores que deixam a gestão e a suas equipes de trabalho.

Na quarta-feira no CEG, a despedida do prof. José Roberto Meyer causou surpresa aos conselheiros, que terminaram a sessão sob aplausos, de pé, em homenagem ao pró-reitor.

SOLENIIDADE ADIADA — Foi adiada a sessão solene prevista para o dia 19, para marcar o início da nova gestão, em virtude da discussão sobre o Reuni. A nova data ainda não foi marcada.

Seleção de professor tem inscrição prorrogada

O Curso Pré-Vestibular do SINTUFRJ está selecionando candidatos para a vaga de professor de Geografia (ensino médio). A inscrição foi prorrogada. Os currículos podem ser entregues dos dias 16 a 20 de julho, na sede do Sindicato (Cidade Universitária, Fundão). Para mais detalhes, consulte o edital no site da entidade na internet: www.sintufrj.org.br.

Reunião da Vigilância

Dia 20 de julho, sexta-feira, às 14h, no Espaço Cultural. Em pauta: Seminário Nacional, GT-Segurança e participação na greve.

Comunidades carentes começam a ser legalizadas

A luta contra a ameaça de remoção de comunidades carentes promovida pela Prefeitura do Rio de Janeiro começou a dar resultados. No dia 7 foi iniciada a legalização de três comunidades do Alto da Boa Vista, entre as 14 que vêm sofrendo pressão sob a alegação de estarem comprometendo o meio ambiente. Mais comunidades receberão o título de propriedade.

“É uma vitória nossa e do Conselho de Cidadania do Alto da Boa Vista, que há anos se debruça sobre esse problema”, declara Herisvaldo Lima, o Baiano, representante dos moradores da comunidade Fazenda. No dia da entrega dos títulos, pelo menos 600 pessoas estiveram no ato que marcou a virada na luta dos moradores contra a especulação imobiliária apoiada pelo prefeito César Maia. O real motivo da tentativa de remover as comunidades, muitas com mais de cem anos, seria a “liberação” dos terrenos que ocupam. Para mostrar que a comunidade se preocupa com o meio ambiente, os moradores farão mutirão de limpeza, dia 21, no Parque Furnas, que está em estado de abandono.

Transporte é tema de audiência pública

A Prefeitura da Cidade Universitária realizou no dia 6, na Incubadora de Cooperativas Populares, audiência pública para discutir os problemas de transportes enfrentados pelos usuários da UFRJ. Participaram estudantes, técnicos-administrativos, professores e moradores da Vila Residencial.

O vice-prefeito, Ivan Carmo, expôs o levantamento que fez sobre transportes coletivos no Fundão. De acordo com os dados, mais de 13 mil pessoas utilizam o transporte interno da UFRJ, feito por 12 ônibus da empresa Real Brasil, a custo anual de cerca de R\$ 4 milhões. Ele informou também que a Universidade tem limitações para aumentar a circulação de ônibus em algumas linhas em razão da legislação municipal. “Não podemos competir com as linhas regulares, porque a nossa frota possui matrí-

cula para fazer apenas o transporte complementar”, explicou.

SEM PRESSÃO — O vice-prefeito afirmou que a UFRJ jamais aceitaria pressão por parte de qualquer empresa de ônibus para reduzir a oferta de transportes aos usuários, mas acrescentou: “Para que possamos construir um serviço que atenda plenamente a comunidade, precisamos nos adequar à legislação”.

O diretor da Real Brasil, Elimar Machado, esclareceu que os ônibus a serviço da Universidade não estão sendo multados por pararem irregularmente no Centro da Cidade. “Sempre realizamos as paradas antes ou depois dos pontos de ônibus regulares, o que não gera ônus à empresa”, disse.

REIVINDICAÇÕES — Os representantes da Vila Residencial queixaram-se ao vice-prefeito da falta de ônibus no campus durante a noite. As linhas internas interrompem o

atendimento de meia-noite às 6h. Os estudantes e funcionários reclamaram da superlotação do ônibus que sai às 6h para a Praia Vermelha.

Os participantes da audiência sugeriram mudanças de horários das linhas; diminuição dos intervalos de circulação dos ônibus aos sábados e acesso dos estudantes do Alojamento e dos moradores da Vila aos ônibus que atendem os usuários do Curso de Línguas Aberto à Comunidade (Clac), da Faculdade de Letras.

PRÓXIMA AUDIÊNCIA — No final de agosto haverá uma segunda audiência, dessa vez com representantes do sindicato das empresas de ônibus do Rio de Janeiro, da Secretaria Municipal de Transportes e das empresas de ônibus que atendem a Cidade Universitária com linhas regulares.

Sexta de bamba

A decania do CCS apresenta o projeto Sambando com Ciência nesta sexta-feira, 20 de julho, às 17h, no Anexo do Quinhentão. O show é com Marquinho Satã, Grupo Raízes do Samba e Con-

vidados. A entrada é franca e haverá venda de CDs e caipirinhas. Contatos para convites do evento com João Pereira (2562-6691/9997-1222) e Raul Laar (2562-6669/9762-6984).

Delegados à Conferência de Saúde

Resgatando a importância da participação do cidadão no controle social do Sistema Único de Saúde, os profissionais do HUCFF e do IPPMG vão se reunir esta semana para eleger seus representantes à Conferência Distrital de Saúde (Área Programática 3.1, da Leopoldina), dias 10, 11 e 12 de agosto, na Escola Nacional de Saúde Pública, em Mangueiras. Será eleito um delegado titular e um suplente por hospital. A reunião do HU será dia 19, quinta-feira, às 11h, no auditório 4E34 e no IPPMG será sexta-feira, 20, também às 11h, no Salão Nobre.

O SINTUFRJ e a Fasubra estão apoiando a participação

dos servidores nas conferências, de modo a fortalecer o caráter público e gratuito dos hospitais universitários e o controle social, além de ampliar nossa participação na XIII Conferência Nacional de Saúde, em Brasília, no mês de dezembro.

O ouvidor do Conselho Distrital de Saúde, Nereu Lopes, em visita aos dois hospitais e ao SINTUFRJ no dia 12, disse que é muito boa a expectativa de participação nas conferências distritais e municipal, em virtude de ser ano de realização da Conferência Nacional (que se realiza a cada 4 anos) e do debate sobre Fundação Estatal de Direito Privado no âmbito das unidades de saúde.

CARREIRA

O material deste caderno reproduz o conteúdo da oficina do Comando Nacional de Greve sobre a Carreira e apresenta a análise dos negociadores com o governo. O objetivo é esclarecer as dúvidas da categoria e ajudar a entender a deliberação da plenária de dezembro de 2005 sobre a alteração do Anexo IV e da evolução da Tabela Salarial, bem como da aplicação dos recursos em cada etapa. A tática de negociação aprovada em maio de 2007 na plenária estatutária da Fasubra teve como referência as deliberações da plenária de dezembro de 2005 e do XIX Confasubra.

O que está em jogo?

Veja nas páginas 4, 5 e 6

Fotos: Niko Júnior



A HISTÓRIA

Em janeiro de 2005 foi sancionada a Lei nº 11.091 pelo presidente Lula que instituiu a nova Carreira. Esse projeto não representou a carreira que se queria, com cargo único e possibilidade de ascensão funcional. Mas é impossível desprezar o que conquistamos, afinal foram 77 dias de greve e muita mobilização no ano de 2004.

Além de reajustes para grande parte da categoria, da possibilidade de crescimento e do reconhecimento à capacitação e à qualificação, obtivemos mais. Cerca de 70% da categoria estava estagnada no topo da carreira antiga (com apenas 20 padrões de vencimento), sem expectativa. Na nova malha salarial com 39 padrões de vencimentos básicos (posição do servidor na escala de vencimentos) – com step (diferença percentual entre os padrões de vencimento) constante – parte da categoria no topo da carreira ainda em atividade poderá se mover verticalmente.

Este percentual começou em 3% em março de 2005 e em janeiro de 2006, com a reestruturação da tabela, subiu para 3,6%. Mas o valor do step esbarrou nos limites do Orçamento do governo. Conclusão: ficou aquém do necessário. Isso gerou distorções e o VBC (vencimento básico complementar). Cerca de 52 mil companheiros ficaram com essa parcela complementar no salário. Com a reestruturação da tabela, em 2006, parte do VBC foi absorvida e muita gente ficou sem reajuste de salário. O governo se comprometeu a negociar a resolução dos problemas e não o fez. Hoje há ainda 27 mil pessoas com VBC e a tabela precisa evoluir. Com isso, partimos para a greve para tentar arrancar do governo, entre outras reivindicações como o plano de saúde, a resolução do VBC.

Para entender

Foto: Niko Júnior



Ilustrações: André Amaral

O enquadramento e o VBC

Os servidores foram enquadrados no primeiro momento na matriz hierárquica por tempo de serviço e de acordo com o nível de classificação (conjunto de cargos de mesma hierarquia), em determinados padrões.

Se esse enquadramento resultou em padrão de vencimento inferior ao recebido em dezembro de 2004, a diferença foi paga a partir de então como VBC (vencimento básico complementar), na qual incidiriam os efeitos financeiros ocorridos no vencimento básico.

Só que esta parcela seria absorvida por ocasião da reestruturação da tabela. Ou seja, em janeiro de 2006, quando houve o aumento do step e muita gente teve algum reajuste, quem tinha VBC viu essa parcela encolher para seu salário aumentar. Quer dizer, não teve reajuste algum. E o pior, este valor pendurado no salário continuou para a maioria.

O compromisso do governo

O acordo de 2004 com o governo previa mecanismos para garantir a evolução e o aprimoramento da Carreira. Ou seja, o governo se comprometeu com a evolução da carreira, principalmente a tabela que, quando foi implantada, não alcançou a íntegra do que estava previsto com pisos e steps, conforme fora planejado.

Mas a distorção persiste, como a existência desta parcela extra do salário, o VBC. Parte da categoria está com salários congelados desde 2004, após a primeira etapa do enquadramento. Isso em razão do VBC, o que a Fasubra quer resolver de forma emergencial agora em 2007.

Estrutura da tabela

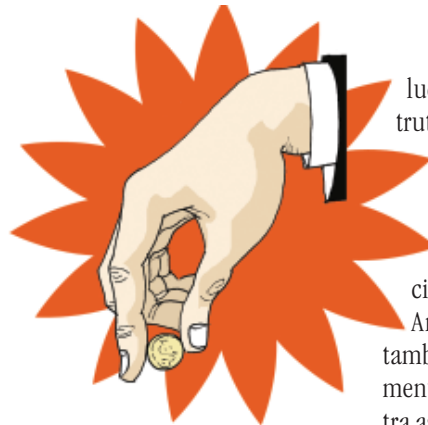
Há tempos a categoria se debruça sobre o problema. Discutiu longamente, e numa plenária em dezembro de 2005, depois de analisar alguns cenários propostos, deci-

diu pela alteração da estrutura da tabela de forma variável.

De acordo com o cenário aprovado, a mudança da estrutura deve buscar os seguintes parâmetros para a construção da tabela como tática de negociação: piso de 3 salários mínimos para o nível de classificação A; piso de 10 salários mínimos para o nível de classificação E; e até que se chegue a tais pisos com 5% de step, a plenária autorizou a quebra da linearidade da tabela, como tática de negociação para resolução do VBC, buscando aproximação dos pisos históricos conquistados no PUCRCE, época em que obtivemos os maiores ganhos salariais, para os níveis de classificação B, C e D.

O nó dos recursos

A pressão do governo por diminuição dos gastos explicitada no PLP 01 tem dificultado a busca por recursos para melhorar a situação de nossa categoria, que tem o pior do serviço público. Precisamos completar o Plano de Carreira, e para isso falta implantar a evolução da tabela e resolver o problema do VBC — eixos emergenciais da greve. E é aí que está o nó da questão: dinheiro. O governo diz que não tem o suficiente para a evolução da tabela e resolver o VBC, mas não apresenta números concretos.



Outros pontos

Além de recursos para solução do VBC, evolução e reestruturação da tabela e demais movimentos necessários ao aprimoramento da carreira, na pauta específica são reivindicadas ainda a racionalização e alteração do Anexo IV. Reivindicamos também plano de saúde suplementar e nos posicionamos contra as fundações estatais.

Cargos na classe correta

O nível de classificação é a reunião de um conjunto de cargos de uma mesma hierarquia, porém classificados em determinados padrões a partir de quesitos como escolaridade, responsabilidade, conhecimento, habilidade, formação, experiência, risco e esforço.

Com a racionalização de cargos, a Fasubra pretende corrigir os problemas originários da organização dos cargos nas classes que reuniram os grupos de carreira de acordo com estes critérios. Alguns tiveram que ser alterados, por questões profissionais ou características específicas; outros foram aglutinados. A Fasubra quer a solução das pendências.

A única categoria sem plano de saúde

Da mesma forma, emergencialmente, necessitamos de recursos para o Plano de Saúde Suplementar, corrigindo a discriminação de nossa categoria em relação ao conjunto do funcionalismo. Somente os técnicos-administrativos das IFES ainda não usufruem desse direito assegurado em lei. Lei há, mas o governo não diz de onde virão os recursos.

PGPE como referência

Numa reunião com a Fasubra antes da deflagração da greve, os representantes do Ministério do Planejamento reconheceram que o nosso piso era ainda inferior ao do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo (PGPE), que engloba quase 500 mil pessoas. Esse piso, de R\$ 1.400, é um dos mais baixos do Executivo; o nosso é ainda menor: R\$ 701,98. Os representantes do governo reconheceram, mas não chegaram a afirmar que o piso da nossa tabela poderia alcançar este valor. A Fasubra, então, resolveu reivindicar a isonomia. E assim se valeu de mais este argumento na mesa de negociação.

“Nosso piso é metade do PGPE. Por isso, colocamos que queremos fazer e a evolução da nossa tabela tendo como parâmetro o valor do piso do PGPE (apenas o valor e não a estrutura da tabela). Nós defendemos a isonomia. Se é o valor do piso a que ele se refere, concordamos”, explica Léia de Oliveira, informando que o ministro mencionou a hipótese como parâmetro ou referência na tabela dos técnicos-administrativos das universidades.

Decisões da plenária de 21 de dezembro de 2005

Evolução da tabela salarial

- Busca histórica do piso de 3 SM para o nível de Classificação A e step de 5%;
- Parâmetros estabelecidos na

plenária de dezembro de 2005, e referendados no XIX CONFASUBRA, que busca os pisos históricos do PUCRCE de 1987;

- Pisos devem ser iguais ou

imediatamente superiores aos referenciais dos pisos do PUCRCE para os níveis de Classificação A, B, C, D e E, conforme acordado na reunião da Direção Nacional;

- Step constante, mesmo número de padrões de vencimento e mesmo número de níveis de capacitação, para os níveis de classificação, são parâmetros para a cons-

trução da tabela;

- Pisos estabelecidos independentem do step, do número de níveis de capacitação e do número de padrões de vencimento da tabela.

Encaminhamentos da plenária estatutária de maio de 2007

Sobre a tabela salarial - como tática de mesa

A tabela salarial será construída tomando-se por base a relação entre padrão 1 dos Níveis de Capacitação I de cada Nível de Classificação, com o padrão 1 do Nível de Capacitação I do nível de Classificação A, nas seguintes proporções:

PADRÃO 1 - Ncap I - N Clas A	PISO DA TABELA
PADRÃO 1 - Ncap I - N Clas B	1,34 vezes Padrão 1 - Ncap I- NClas A
PADRÃO 1 - Ncap I - NClas C	1,80 vezes Padrão 1 - Ncap I- NClas A
PADRÃO 1 - Ncap I - NClas D	2,41 vezes Padrão 1- Ncap I- NClas A
PADRÃO 1 - Ncap I - NClas E	3,56 vezes padrão 1- Ncap I- NClas A

Obs.: No caso de aumento de step, serão considerados os padrões cujos valores relativos mais se aproximarem das casas decimais, para mais ou para menos.

A plenária de 2005 aprovou a alteração da estrutura da tabela de forma variável e a plenária de 2007 encaminhou a reestruturação como tática na mesa de negociação

Metodologia de negociação da reestruturação da tabela

• Todo o recurso destinado à reestruturação da tabela será distribuído de forma que os níveis de classificação que tiveram menor percentual de ganho tenham, nas etapas seguintes, um ganho maior, de tal forma que todos cheguem aos pisos desejados ao mesmo tempo.

• Assim teremos em cada etapa passos mais largos para uns que para outros.

• Se imaginarmos que o percentual de reajuste possa ser transformado em metros, poderemos compreender nossa caminhada visualizando o próximo quadro.

	RELAÇÃO ENTRE PISOS		REAJ.	R\$ 100,00		
	ATUAL	PLENARIA				
PISO A =	1,00	A	1,00	A	62%	R\$ 162,40
PISO B =	1,19	A	1,34	A	70%	R\$ 170,07
PISO C =	1,42	A	1,80	A	79%	R\$ 178,68
PISO D =	1,70	A	2,41	A	88%	R\$ 188,34
PISO E =	2,03	A	3,56	A	109%	R\$ 209,37

Relação entre pisos

Por exemplo, em relação ao Piso do Nível de Classificação A, que deverá percorrer 62 metros, e o Piso do Nível de Classificação E, que deverá percorrer 109 metros, temos que para cada 6 metros que o A andar, o E deverá andar 10,5 metros.

ESTRUTURA ATUAL	
VB/SM	
701,98	
3,60	
	A B C D E
P1	1,00 1
P2	1,04 2 1
P3	1,07 3 2 1
P4	1,11 4 3 2 1
P5	1,15 5 4 3 2
P6	1,19 6 5 4 3 1
P7	1,24 7 6 5 4 2 1
P8	1,28 8 7 6 5 3 2 1
P9	1,33 9 8 7 6 4 3 2 1
P10	1,37 10 9 8 7 5 4 3 2
P11	1,42 11 10 9 8 6 5 4 3 1
P12	1,48 12 11 10 9 7 6 5 4 2 1
P13	1,53 13 12 11 10 8 7 6 5 3 2 1
P14	1,58 14 13 12 11 9 8 7 6 4 3 2 1
P15	1,64 15 14 13 12 10 9 8 7 5 4 3 2
P16	1,70 16 15 14 13 11 10 9 8 6 5 4 3 1
P17	1,76 16 15 14 12 11 10 9 7 6 5 4 2 1
P18	1,82 16 15 13 12 11 10 8 7 6 5 3 2 1
P19	1,89 16 14 13 12 11 9 8 7 6 4 3 2 1
P20	1,96 15 14 13 12 10 9 8 7 5 4 3 2
P21	2,03 16 15 14 13 11 10 9 8 6 5 4 3 1
P22	2,10 16 15 14 12 11 10 9 7 6 5 4 3 1
P23	2,18 16 15 13 12 11 10 9 8 7 6 4 2 1
P24	2,26 16 15 14 13 12 10 9 8 7 5 3 2 1
P25	2,34 16 15 14 13 11 10 9 8 6 4 3 2
P26	2,42 16 15 14 12 11 10 9 7 5 4 3
P27	2,51 16 15 13 12 11 10 8 6 5 4 3
P28	2,60 16 14 13 12 11 9 7 6 5 4
P29	2,69 15 14 13 12 10 8 7 6
P30	2,79 16 15 14 13 11 9 8 7
P31	2,89 16 15 14 12 10 9 8
P32	2,99 16 15 13 11 10 9
P33	3,10 16 14 12 11 10
P34	3,21 15 13 12 11
P35	3,33 16 14 13 12
P36	3,45 15 14 13
P37	3,57 16 15 14
P38	3,70 16 15
P39	3,83 16

ESTRUTURA PLENARIA	
VB/SM	
1.140,00	
5,00	
	A B C D E
P1	1,00 1
P2	1,05 2 1
P3	1,10 3 2 1
P4	1,16 4 3 2 1
P5	1,22 5 4 3 2
P6	1,28 6 5 4 3
P7	1,34 7 6 5 4 1
P8	1,41 8 7 6 5 2 1
P9	1,48 9 8 7 6 3 2 1
P10	1,55 10 9 8 7 4 3 2 1
P11	1,63 11 10 9 8 5 4 3 2
P12	1,71 12 11 10 9 6 5 4 3
P13	1,80 13 12 11 10 7 6 5 4 1
P14	1,89 14 13 12 11 8 7 6 5 2 1
P15	1,98 15 14 13 12 9 8 7 6 3 2 1
P16	2,08 16 15 14 13 10 9 8 7 4 3 2 1
P17	2,18 16 15 14 11 10 9 8 5 4 3 2
P18	2,29 16 15 12 11 10 9 7 5 4 3
P19	2,41 16 13 12 11 10 7 6 5 4 1
P20	2,53 14 13 12 11 8 7 6 5 2 1
P21	2,65 15 14 13 12 9 8 7 6 3 2 1
P22	2,79 16 15 14 13 10 9 8 7 4 3 2 1
P23	2,93 16 15 14 11 10 9 8 5 4 3 2
P24	3,07 16 15 12 11 10 9 6 5 4 3
P25	3,23 16 13 12 11 10 7 6 5 4
P26	3,39 14 13 12 11 8 7 6 5
P27	3,56 15 14 13 12 9 8 7 6 1
P28	3,73 16 15 14 13 10 9 8 7 3 1
P29	3,92 16 15 14 11 10 9 8 4 2 1
P30	4,12 16 15 12 11 10 9 5 3 2 1
P31	4,32 16 13 12 11 10 6 4 3 2
P32	4,54 14 13 12 11 7 5 4 3
P33	4,78 15 14 13 12 8 6 5 4
P34	5,00 16 15 14 13 9 7 6 5
P35	5,25 16 15 14 10 8 7 6
P36	5,52 16 15 11 9 8 7
P37	5,79 16 12 10 9 8
P38	6,08 13 11 10 9
P39	6,39 14 12 11 10
P40	6,70 15 13 12 11
P41	7,04 16 14 13 12
P42	7,39 15 14 13
P43	7,76 16 15 14
P44	8,15 16 15
P45	8,56 16

ANEXO IV - Incentivo à Qualificação

Nível de Classificação	Nível de escolaridade formal superior ao previsto para o exercício do cargo(*)	Percentuais de incentivo	
		Área de conhecimento com relação direta	Área de conhecimento com relação indireta
A	Ensino fundamental completo	Até 10%	-
	Ensino médio completo	Até 15%	-
	Ensino médio profissionalizante ou ensino médio com curso técnico completo ou título de educação formal de maior grau	Até 20%	Até 10%
B	Ensino Fundamental completo	5%	-
	Ensino médio completo	Até 10%	-
	Ensino médio profissionalizante ou ensino médio com curso técnico completo	Até 15%	Até 10%
C	Curso de graduação completo	Até 20%	Até 15%
	Ensino Fundamental completo	5%	-
	Ensino médio completo	Até 8%	-
D	Ensino médio com curso técnico completo	Até 10%	5%
	Curso de graduação completo	Até 15%	Até 10%
	Especialização, superior ou igual a 360h	Até 20%	Até 15%
E	Ensino médio completo	Até 8%	-
	Curso de graduação completo	Até 10%	5%
	Especialização, superior ou igual a 360h	Até 15%	Até 10%
	Mestrado	Até 15%	Até 10%
	Doutorado	Até 20%	Até 15%

O que é o Anexo IV?

A nossa carreira tem algumas tabelas em anexo. Uma delas diz respeito ao incentivo à qualificação. Ou seja, quem percorreu a educação formal em nível além do que é exigido pelo cargo tem direito a um percentual que pode chegar a 20% no caso de doutorado. Mas, para a Fasubra, estes valores têm que ser melhorados. (Veja a proposta sobre o Anexo IV abaixo)

Proposta da plenária de atualização dos percentuais

EDUCAÇÃO FORMAL	CORRELAÇÃO DIRETA	CORRELAÇÃO INDIRETA
Fundamental Completo	15	-
Ensino Médio	25	-
Ensino Profissionalizante	30	25
Graduação	40	30
Especialização	45	35
Mestrado	50	40
Doutorado	75	50

Comando põe as cartas na mesa

Confira na visão dos três coordenadores-gerais da Fasubra e negociadores do Comando Nacional de Greve, Léia de Souza Oliveira, Luiz Antônio de Araújo Silva e João Paulo Ribeiro, o que está hoje em jogo e quais são as perspectivas de negociação.

Segundo Léia Oliveira há princípios que o Comando Nacional de Greve não negocia – manutenção da paridade entre aposentados e ativos, matriz salarial única, e que todos tenham ganhos, mesmo que sejam diferenciados. “No mínimo, quem ganhar menos, ganha a in-

flação acumulada no período. O governo já entendeu que disso a gente não abre mão. Agora, é o modelo da tabela que está em negociação”.

Luiz Antônio afirma que a única coisa definida pelo governo foi o plano de saúde e que não haverá

prejuízo para quem tem VBC. Sobre o futuro, diz que ainda muita coisa pode acontecer. Mas dinheiro que é bom nada. “Ainda é prematuro avaliar sobre as perspectivas de negociação. Ainda tem muita coisa pela frente. A única coisa que o governo definiu foi o plano de saúde,

e para aqueles que têm VBC não haverá prejuízo. Mas o dinheiro para a evolução da tabela não tem”.

João Paulo toca exatamente sobre recursos e afirma que é preciso radicalização do movimento para arrancar uma negociação séria e recursos reais para atender às rei-

vindicações. “O povo fica brigando sobre tabelas e como distribuir recursos que ainda nem apareceram. Vamos lutar por dinheiro, coisa que o governo não quer investir e está adorando a confusão da briga por padrões. Esse governo não merece que a gente fique dividido”.

Fotos: Raquel Carlucho



Léia Oliveira

Evolução da tabela aprovada na plenária

Pelo acordo com o governo em 2004, com as etapas das negociações previstas, a questão do VBC – que foi uma parcela adotada na época da implantação da Carreira para não haver redução de salário – seria resolvida. Mas acabou que não houve negociação. A situação atual é a seguinte: o governo fez uma proposta de não absorção do VBC para quem ainda tem essa parcela complementar – o caso de 27 mil pessoas. Quanto ao pessoal que teve o VBC absorvido em 2006 e virou vencimento básico, não há resposta de como retornar esse valor. O governo está analisando alternativas jurídicas, mas estamos com dificuldades. Não deveria ter sido absorvido.

Optamos na negociação por uma metodologia de evolução da tabela com piso de 3 salários mínimos para a Classe A, 10 salários mínimos para a Classe E e step de 5%, com flexibilização para permitir negociação, porque esta tabela custaria R\$ 9 bilhões. A partir da disponibilidade orçamentária, a gente vai distribuir o montante financeiro que for conseguido na negociação pela tabela, a partir da metodologia da plenária de maio. Por exemplo, a Classe A tem aumento de 10%, a B tem um valor maior, e assim sucessivamente, até a E.

Um dos problemas que enfrentamos hoje é que não houve negociação sobre a resolução do VBC conforme o acordo com o governo em 2004.

Aumento progressivo de salários

Reivindicamos o piso de 3 salários mínimos e step de 5%. Avaliamos que a gente não vai ter o suficiente para conseguir isso. É provável que o desenho não seja exatamente esse. Na mesa chegaram a insinuar que as categorias teriam no governo Lula no mínimo a inflação. Agora, sobre o futuro da negociação é a correlação de forças que vai definir. Por enquanto nós estamos aguardando a apresentação das contas do governo.

Nossa lógica é ampliar para todo mundo, priorizando a Classe E, porque tem uma defasagem em relação às demais. A Carreira de 2004 causou prejuízo significativo em relação à Classe E, con-

gelou o salário de muita gente – na época, 52 mil pessoas. É preciso resolver isso. A flexibilização da tabela vai alcançar a todos, só que escalonadamente. Vamos supor, hipoteticamente, que tenha a defasagem de 100% na E, 10% na A e a gente consiga volume de recursos que dê para atender 30%. Significa dizer que haverá 3,3% para a Classe A e algo em torno 33% para Classe E. Isso de forma a aumentar progressivamente para que no momento final chegue todo mundo na condição ideal. Significa dizer que valores serão diferenciados nessa ordem: E maior que D, D maior que C, e assim por diante.

Luiz Antônio



João Paulo Ribeiro

Resgatar os pisos do PUCRCE

Fizemos o acordo em 2004 e sabíamos que geraria o VBC, mas não esperávamos dois anos sem negociação. O VBC foi absorvido na reestruturação de 2005 e 2006, e os que tinham a parcela ficaram sem reajuste nenhum. Ou seja, seus salários ficaram congelados.

Na primeira etapa da carreira o aumento foi de 30% a 116%. Acharmos que invertendo isso, os que tiveram menos podem ter mais agora, e os que tiveram mais podem ganhar um pouco menos.

A nova metodologia de evolução da tabela foi definida em dezembro de 2005, ratificada pelo Confasubra e estruturada em maio de 2007 para

tentar resolver nossos problemas. A grande essência da visão que aprovamos é que nós resgatamos o mesmo princípio do PUCRCE, com que a categoria chegou ao apogeu, em 1987.

Resgatamos a mesma metodologia: nível inicial com 3 salários mínimos, nível superior com 10 e o intermediário entre 6 e 7 salários mínimos. Ninguém inventou a roda, apenas resgatamos a metodologia do PUCRCE. E essa proposta é ainda muito rebaixada, tendo em vista que mesmo com esses parâmetros, continuamos a categoria mais mal remunerada de todo o funcionalismo federal. O essencial mesmo é brigar por recursos.

ENROLAÇÃO, NÃO !

Governo só acena com plano de saúde

Infelizmente, o governo não levou à mesa de negociação dia 2 de julho com o Comando Nacional de Greve (CNG) nenhuma proposta consistente para o elenco de reivindicações que compõe a pauta emergencial dos técnicos-administrativos. Por conta disso, a assembléia na terça-feira, 10, também foi rápida como a anterior, e a categoria utilizou o seu tempo para mais uma ação de rua, desta vez no Aeroporto Internacional Tom Jobim, visando dar visibilidade ao movimento e chamar a atenção da população para as más intenções de Lula com as universidades públicas do país.

“Hoje completamos 42 dias em greve e, lamentavelmente, o governo no dia 2 teve a audácia de dizer que, com a implantação do plano de saúde, estaria atendendo 50% da nossa pauta emergencial. Mas isso para nós não é nada”, disse Denise Góes, do Comando Local de Greve. Recém-chegado do CNG, José Paulo de Oliveira, o Paulão, completou o informe. Ele iniciou avisando: “Faço minha avaliação como base, e nessa condição digo que não existe mesa de negociação, mas de enrolação, esob o



José Paulo de Oliveira

comando de pessoas com alto grau de conhecimento do nosso papel enquanto grevistas”.

POR QUE É ENROLAÇÃO — A pessoa à qual Paulão se referiu como conhecedor da realidade dos trabalhadores é o secretário de Recursos

Fotos: Niko Júnior



Denise Góes

Humanos do Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), Duvanier Paiva, com quem o CNG negocia. Antes de assumir o atual cargo no governo federal, ele assessorou a CUT e a gestão petista na Prefeitura de São Paulo, em negociações

com categorias. Segundo o técnico-administrativo, o que ele viu em Brasília foram tentativas dos negociadores do governo em mudar a tabela. “Claro que não permitimos isso, e continua valendo a nossa tabela de 3 salários mínimos e 5% de step”, disse Paulão.

HOSPITAIS — Paulão também trouxe informes sobre a reunião do GT-HUs da Fasubra realizada nos dias 5, 6 e 7 de julho, na Universidade Federal de Brasília. Ele destacou, entre as resoluções aprovadas, que os trabalhadores nas discussões sobre os hospitais universitários parassem de falar a respeito da criação de fundação estatal de direito privado e reforçassem o discurso apontando a necessidade de os Ministérios da Educação, Saúde e Ciência e Tecnologia mandarem mais recursos para os HUs; a reabertura das emergências e a contratação de 12 mil funcionários. Adiantou, ainda, que o GT irá levantar o total de despesas dos HUs com pagamento de efetivos e terceirizados, e que o projeto aprovado para os HUs, antes de ser levado para aprovação da plenária da Fasubra, seja submetido às bases.

Plano em novembro

Na reunião do CNG com o secretário de Recursos Humanos Duvanier Paiva, representante do Ministério do Planejamento no dia 12, foi definida a data de implantação do plano de saúde: novembro de 2007. O impacto financeiro foi ampliado com a cooperação do MEC de R\$ 90 milhões para R\$ 220 milhões por ano.

O MPOG informou que para os que ainda têm vencimento básico complementar (VBC), a parcela não será absorvida. Mas que ainda estuda solução para os que já tiveram o VBC absorvido, cerca de 25 mil pessoas.

Governo e Fasubra vão apresentar esta semana simulações para evolução de tabela. Para o secretário, a repercussão de R\$ 9 bilhões está fora de cogitação, assim como o step de 5%. “Vamos buscar simulações para que a gente possa conseguir uma proposta que signifique ganhos”, disse o coordenador João Paulo.

ASSEMBLÉIA — A avaliação e os encaminhamentos do Comando Nacional sobre a rodada da negociação serão discutidos na assembléia, dia 17, terça, às 10h, no Quinhentão.



Categoria faz manifestação no Aeroporto Tom Jobim

“Somos a 7ª maravilha do mundo, mas sem saúde, educação, moradia e aviões para vocês viajarem.”

Os estrangeiros que desembarcaram no Aeroporto Internacional Tom Jobim, na terça-feira, 10, entre 12h e 14h, foram recepcionados pelos técnicos-administrativos em greve da UFRJ. Os trabalhadores chamavam a atenção pelas enormes faixas que carregavam e pelo som dos apitos. Os passageiros reagiam aplaudindo ou lançando olhares perplexos aos manifestantes. Agentes da Polícia Federal e os guardas da Infraero se limitaram a observar de longe a manifestação.

Duas kombis do SINTUFRJ fizeram várias viagens do Quinhentão ao Tom Jobim, levando

a categoria. Pelo menos cerca de 70 técnicos-administrativos participaram do ato. O objetivo dos manifestantes foi chamar a atenção de atletas do Pan-Americano e dos turistas que vieram para assistir às competições esportivas, sobre como o governo trata os trabalhadores das instituições públicas e, em particular, das universidades.

Dois ingredientes não faltaram à manifestação: bom humor e disposição para repetir palavras de ordens. Uma delas dizia: “Somos a 7ª maravilha do mundo, mas sem saúde, educação, moradia e aviões para vocês viajarem”.

“Não pise na bola!”



Com o intuito de despertar os trabalhadores do Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza (CCMN) para a necessidade de aderirem em tempo integral à paralisação, o Comando Local de Greve (CLG) fez uma surpresa a esses companheiros, na quarta-feira, 11. Centenas de bolas coloridas, cartazes e faixas foram espalhados na entrada principal da unidade, formando uma espécie de barreira à passagem dos que chegavam para trabalhar a partir das 8h.

Para ter acesso ao local de trabalho, técnicos-administrativos,

professores, estudantes e terceirizados eram obrigados a pular o “piquete”. Cada vez que uma bola de gás estourava, o responsável pelo estrago era aplaudido e saudado com a frase: “Não pise na bola, companheiro!” Nem os visitantes escaparam da brincadeira. Mas a maioria entrou no clima, demonstrando apoio à intenção do CLG.

“Vocês precisam parar de trabalhar e participar das assembléias e atividades da greve. Esse é o momento do nosso movimento mostrar força e dar sustentação ao Comando Nacional de Greve na mesa de negociação”, explicavam Pau-

linho, Eliane, Cristina, Nivaldo, Vicente...

Abaixo-assinado

A atividade de convencimento de adesão à greve também rendeu outro bom dividendo. Das 8h às 10h30, mais de cem pessoas assinaram o documento contra a criação das fundações estatais de direito privado e em defesa dos HUs. A coleta de assinaturas está sendo feita pelos trabalhadores das 46 universidades federais em greve e o CNG. O destino desse abaixo-assinado é o Palácio do Planalto e o Congresso Nacional.

Movimentos sociais e sindical protestam na abertura do PAN

Lideranças sindicais e dos movimentos sociais e populares, dirigentes das centrais sindicais, parlamentares do Psol e militantes dos vários partidos políticos de esquerda defenderam suas bandeiras de luta e denunciaram as arbitrariedades dos governos federal, estadual e municipal durante o ato no dia 13, sexta-feira, que começou em frente ao prédio da Prefeitura do Rio e terminou na Cinelândia.

Desde as 10h, os manifestantes já começavam a se reunir em frente à sede da Prefeitura. Policiais militares e da Guarda Municipal, armada com cacetetes e escudos, faziam a segurança do prédio da Prefeitura. A principal bandeira era contra a criminalização da pobreza, mas havia protestos a ataques contra direitos dos trabalhadores, pelo direito à moradia, entre outras.

RESISTÊNCIA ÀS REFORMAS - O coordenador do SINTUFRJ, Marcílio Lourenço, falou em nome da categoria. “Conclamo a todos a reforçar a luta em defesa dos hospitais públicos, pois o governo pretende transformá-los em fundação estatal de direito privado, o que será um golpe mortal à população que depende de atendimento gratuito de saúde. Será uma outra forma de matança do povo, como ocorre hoje em diversos segmentos da sociedade”, afirmou o sindicalista.

“Estamos aqui em milhares realizando um ato nacional de resistência às reformas neoliberais de Lula, como a trabalhista, previdenciária e universitária, e que se unifica às questões gerais do nosso cotidiano, como o assassinato covarde de moradores das comunidades pobres pela polícia do governador Sérgio Cabral.

Como se a pena de morte estivesse instituída. E também para denunciar à população que enquanto bilhões foram investidos nas obras superfaturadas do Pan-Americano falta dinheiro para a saúde, educação e esporte para os jovens carentes”, disse o representante da ConLutas, Cyro Garcia.

“Com este ato unificado dizemos para o Brasil que foi deflagrado um movimento de resistência e que não vamos aceitar passivamente as reformas que retiram direitos. Juntando os trabalhadores do campo e da cidade, os que estão na informalidade, como os camelôs perseguidos diariamente pela polícia do prefeito César Maia, nosso movimento culminará numa grande greve ge-

ral no nosso país. A CUT é dos trabalhadores, que cada vez mais não se sentem representados pelo governo Lula”, anunciou a presidente da Central Única, Neuza Luzia.

CRIMINALIZAÇÃO - Os movimentos chamam atenção para a “megaoperação” policial que acontece no Complexo do Alemão. Mais de 40 pessoas morreram, mais de 80 ficaram feridas e milhares de crianças ficaram sem aulas. Dados da Secretaria de Segurança do Estado mostram que o número de mortes no Rio de Janeiro aumentou 40% no primeiro semestre deste ano, graças à violência policial presente nas comunidades carentes.

O deputado estadual e presi-

dente da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa do Rio, Marcelo Freixo, foi contundente nas críticas contra a política de segurança do governador Sérgio Cabral. “Uma parcela significativa, mas invisível da sociedade, está sendo massacrada. O prefeito César Maia diz que estamos fazendo apologia ao crime organizado, mas quem faz isso é ele ao gastar R\$ 5 bilhões com o Pan e manter fechadas escolas municipais. Queremos o debate, Cabral, o responsável pela chacina no Complexo do Alemão. A diferença dessa para as execuções ocorridas em Acari, Vigário Geral, Candelária é que, desta vez, foi autorizada pelo governador”, denunciou o

parlamentar, acrescentando: “Duzentas mil pessoas vivem no Complexo do Alemão e a comunidade é servida apenas por uma escola estadual”.

“Primeiro eles empobrecem os trabalhadores, depois criminalizam os empobrecidos. Empurra-nos para as ocupações, para os morros e favelas. Eles nos jogam nos guetos para nos controlarem mais facilmente”, disse Maria de Lourdes Marquenzi do Movimento Nacional de Lutas pela Moradia.

CRÍTICA À IMPRENSA - O representante da Associação Internacional de Direito Penal, Orlando Cunha, leu nota em repúdio à política de segurança pública do Estado do Rio de Janeiro e criticou a grande imprensa: “Não se constrói um estado nacional de direito sem se ouvir a comunidade atingida. A imprensa brasileira não está fazendo isso.”

Às 14h os manifestantes saíram em caminhada pela Presidente Vargas, no centro da Cidade, em direção à Candelária. “Cauê é um caô. Sobe a favela pra matar trabalhador”, “Chega de morte, de caveirão. Quero dinheiro pra saúde e educação” e “Trabalhador fardado, venha pro nosso lado. Você também é explorado”, eram palavras de ordem ouvidas na passeata. Na Presidente Vargas, altura da Rua Uruguiana, uma chuva de papel picado saudou a manifestação.



Fotos: Niko



Governo apresenta projeto das Fundações

Sem discussão e passando por cima das reivindicações da greve, o governo enviou dia 12 ao Congresso projeto de lei complementar que cria a Fundação Estatal de Direito Privado. “Vamos para o enfrentamento”, diz Léia Oliveira, coordenadora da Fasubra.

O projeto é a continuidade da

reforma de FHC, que busca reduzir o papel do Estado na garantia de direitos como saúde e educação. Nos órgãos a serem transformados em fundações, o regime de pessoal passa para a CLT, acaba a estabilidade. Não há recursos previstos no Orçamento da União, e o que se conseguirá através de contratos de ges-

tão. Ou seja, será gerido de olho no mercado. O Conselho Nacional de Saúde vai entrar com uma ação direta de inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal contra esta mercantilização da saúde.

TEMPORÃO NA UFRJ - No dia 13, o ministro da Saúde, José Temporão se reuniu com o reitor

Aloísio Teixeira e com o diretor do HU, Alexandre Cardoso. Noticiou o investimento da ordem de R\$ 6 milhões em equipamentos para o hospital se tornar referência das emergências na região. O ministro informou o envio do projeto das Fundações ao Congresso. “O que ele falou é que estava no âm-

bito da Saúde e que deveria ser discutido no âmbito das universidades se assim se entendesse”, explicou Cardoso. O diretor acredita que no Parlamento será possível discutir. “Foi colocada uma alternativa de gestão. Mas há outras formas. Temos que melhorar o desempenho”, disse.